



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG

Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000

Tel.: (35)3472-1270 / 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

CNPJ n.º 18.675.959/0001-92

E-mail: licitacao@cachoeirademinas.mg.gov.br

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 132/2014

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

TIPO: MELHOR TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Praça da Bandeira, nº 276, Centro, Cachoeira de Minas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.675.959/0001-92, através de sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto nº 3288/2013, de 01/11/2013, com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, realizará uma licitação sob a modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os envelopes "A - Habilitação", "B - Proposta Técnica" e "C - Proposta de Preços" deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo, sito à Praça da Bandeira, nº 276 - Centro, Cachoeira de Minas/MG até as 08 horas e 30 minutos do dia 17/09/2014, iniciando-se a abertura do envelope habilitação às 09 horas, no mesmo dia, na sala da Comissão de Licitação.

1 - OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia e Arquitetura** para prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos para atendimento ao contrato de repasse nº 0352.311-98/URIAP/PAC2 conjugado com o Contrato Nº 0359.690-35 PMCMV., conforme Termo de Referência Técnica, composto por planilha orçamentária e composição BDI, memorial Descritivo e cronograma física e de execução.

1.2 - Os serviços deverão ser desenvolvidos de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

2 - ANEXOS

2.1 - Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Carta Credencial do(s) Representante(s) na Licitação (modelo);

Anexo II - Proposta de Preços;

Anexo III - Planilha Orçamentária dos Projetos e Composição BDI;

Anexo IV - Termo de Referência Técnica;

Anexo V - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

Anexo VI - Declaração art. 7º, XXXIII da Constituição da República (modelo);

Anexo VII - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (modelo);

Anexo VIII - Minuta de Contrato.

Anexo IX - Relação dos Documentos para Cadastro

3 - FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Os Recursos Orçamentários para a contratação dos serviços são oriundos dos Contratos de Repasse nº 0352.311-98 URIAP/PAC2 e 0359.690-35 PMCMV e da Lei nº 2.350 de 20/11/13, sob a dotação: **020602.1648216011074.449051-259**

4- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa cadastrada no Município de Cachoeira de Minas, e que atenda todas as condições exigidas para cadastramento e apresente todos os documentos relacionados no Anexo IX, parte deste, até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes (Habilitação e Propostas), observada a necessária qualificação e que atenda, dentre outras exigências constantes deste edital as seguintes:

4.1.1 - A licitante poderá adquirir o Edital junto ao site da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas (www.cachoeirademinas.mg.gov.br) ou na sala de Licitação, junto à Comissão Permanente de Licitação.

4.2 - O cadastramento da empresa será realizado de acordo com os procedimentos administrativos consolidados da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1 - Não será admitida a participação nesta Tomada de Preços de empresas que:

a - Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedimento de contratar com o Município de Cachoeira de Minas;

b - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação;

c - Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município de Cachoeira de Minas;

d - Estejam em Processo de Falência;

e - Se façam representar por pessoa sem a devida autorização;

f - Estejam enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Obs.: A autorização de representação dar-se-á através de Carta Credencial específica para se manifestar na presente licitação em nome da proponente, com poderes para assinar ata, receber recursos e demais comunicações da Comissão Permanente de Licitação, inclusive para desistir do direito de recurso tanto da decisão de habilitação, quanto de classificação, além das demais atribuições que forem transferidas para o representante, devendo ser entregue em mãos na sessão de abertura da licitação, observando também as disposições acerca de comprovação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.3.1 - Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.3.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.4 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.3.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.5 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada

e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.6 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.6.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.6.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.6.1 serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.6.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.6.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.6.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo legal, sob pena de preclusão:

4.6.6 - As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou ainda o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06.

4.7 - Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

4.8 - É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente das propostas.

4.9 - Compete à empresa licitante fazer um minucioso exame do Edital e seus anexos, pois quaisquer esclarecimentos, dúvidas, modificações ou contestações, quanto às disposições deste Edital, deverão ser formuladas por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento do recebimento dos envelopes de documentação e propostas.

4.10 - Não serão levadas em consideração pelo Município de Cachoeira de Minas, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação, quaisquer consultas, pleitos, reclamações ou impugnações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

4.11 - A Contratada será responsável pela execução dos serviços pelo preço proposto e aceito pelo Município de Cachoeira de Minas.

4.12 - As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação das propostas e do integral cumprimento do Contrato.

5 - PRAZO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - O prazo estimado para a execução dos serviços será de **02 (dois) meses**, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço pelo Contratante, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão Contratante.

5.2 - Os prazos de início de execução e de conclusão dos serviços, admitem prorrogações, mantidas as demais cláusulas do Contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57 inciso II da Lei 8.666/93.

5.3 - O valor orçado para contratação dos serviços para o período de 02 (dois) meses é de R\$ 34.193,38 (Trinta e Quatro Mil, Cento e Noventa e Três Reais e Trinta e Oito Centavos).

5.3.1 - O Município de Cachoeira de Minas pagará à Contratada pela execução dos serviços os valores estabelecidos na proposta apresentada pela vencedora desta licitação e seu regime de contratação será de **empreitada por preço global**.

6 - DOS PROCEDIMENTOS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 - O recebimento dos envelopes de "Documentação de Habilitação " Envelope "A", Proposta Técnica " Envelope "B" e "Proposta de Preços - Envelope "C" dar-se-á no local, data e horário constantes no preâmbulo deste edital em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa a razão social da proponente, e ainda a seguinte indicação:

ENVELOPE "A" - HABILITAÇÃO

À

Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas

Comissão Permanente de Licitação

Ref. Tomada de Preços nº 007/2014

Data do Protocolo: até 16/09/2014 Hora: até 08h30

Data da Abertura: 16/09/2014 às 09 horas

Razão Social e endereço completo da Licitante

ENVELOPE "B" - PROPOSTA TÉCNICA

À

Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas

Comissão Permanente de Licitação

Ref. Tomada de Preços nº 007/2014

Data do Protocolo: até 16/09/2014 Hora: até 08h30

Data da Abertura: 16/09/2014 às 09 horas

Razão Social e endereço completo da Licitante

ENVELOPE "C" - PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas

Comissão Permanente de Licitação

Ref. Tomada de Preços nº 007/2014

Data do Protocolo: até 16/09/2014 Hora: até 08h30

Data da Abertura: 16/09/2014 às 09 horas

Razão Social e endereço completo da Licitante

6.2 - A fim de facilitar o exame da documentação, solicita-se às licitantes que apresentem seus documentos na ordem em que estão listados nos itens 8, 9 e 10.

6.3 - Expirado o horário de entrega dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

7 - DAS FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1 - No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Edital, reunir-se-á a Comissão de Licitação para o recebimento dos **ENVELOPES "A" – HABILITAÇÃO; "B" – PROPOSTA TÉCNICA e "C" – PROPOSTA DE PREÇOS**.

7.2 - Nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de habilitação e às propostas, ao iniciar-se a abertura dos envelopes de habilitação pela Comissão de Licitação.

7.3 - **PRIMEIRA FASE – HABILITAÇÃO** – consistirá na abertura do **ENVELOPE "A"**, contendo a documentação de habilitação, que será conferida, numerada e rubricada pela Comissão de Licitação e pelas Licitantes presentes, sendo que os demais envelopes

permanecerão fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, sendo rubricados pelos representantes legais das Licitantes presentes.

7.4 - A análise e o julgamento da habilitação poderão ser realizados, a critério da Comissão de Licitação, na própria sessão pública ou em reunião interna, sendo o resultado divulgado neste momento ou posteriormente pela CPL.

7.5 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da **PRIMEIRA FASE** na reunião de abertura do **ENVELOPE "A"** e, havendo renúncia expressa de todas as Licitantes em interpor recurso, será iniciada a **SEGUNDA FASE**, com a abertura das Propostas Técnicas. Caso contrário, a Comissão de Licitação interromperá os trabalhos pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventual interposição de recursos.

7.6 - Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), as Licitantes habilitadas serão notificadas, a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de participarem da **SEGUNDA FASE**.

7.6.1 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, conforme artigo 43, § 6º da Lei nº 8.666/93.

7.7 - **SEGUNDA FASE - ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS** - será iniciada em reunião, na qual serão devolvidos, fechados, os envelopes de Propostas Técnicas e de Preços às Licitantes inabilitadas, passando-se, a seguir, à abertura das Propostas Técnicas das Licitantes habilitadas, sendo estas, então, rubricadas e numeradas pelos membros da Comissão de Licitação e pelas Licitantes presentes.

7.8 - A critério da Comissão de Licitação, o julgamento das Propostas Técnicas poderá ser realizado nesta ocasião ou em reunião interna, e o resultado, com a ordem de classificação das propostas técnicas, divulgado neste momento ou posteriormente pela CPL.

7.9 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da **SEGUNDA FASE** na reunião de abertura dos **ENVELOPE "B"** e, havendo renúncia expressa de todas as Licitantes em interpor recurso, será iniciada a **TERCEIRA FASE**, com a abertura das Propostas de Preços. Caso contrário, a Comissão de Licitação interromperá os trabalhos pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventual interposição de recursos.

7.10 - Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), as Licitantes que não forem desclassificadas serão classificadas da ordem de classificação das Propostas Técnicas e notificadas a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de participar da **TERCEIRA FASE**.

7.11 - **TERCEIRA FASE – ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E PONDERAÇÃO DA PONTUAÇÃO OBTIDA NA PROPOSTA TÉCNICA**, conforme item 9 deste Edital será iniciada em sessão, na qual serão devolvidos, fechados, os envelopes de Proposta de Preços das Licitantes que tiverem sua Proposta Técnica desclassificada, passando-se, em seguida, à abertura das Propostas de Preços, as quais serão lidas em voz alta, pelo Presidente da Comissão de Licitação, devendo as mesmas serem numeradas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelas Licitantes presentes.

7.12 - Analisadas e julgadas as Propostas de Preços, a Comissão de Licitação procederá à classificação das Licitantes mediante a ponderação entre a pontuação obtida nas Propostas Técnicas (Nota técnica), conforme determina o item 9 do presente Edital, podendo divulgar o resultado neste momento ou posteriormente.

7.13 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da **TERCEIRA FASE** na própria reunião de abertura dos **ENVELOPE "C"** e, havendo renúncia expressa de todas as Licitantes em interpor recurso, será declarada pelo Presidente da Comissão de Licitação a Licitante classificada em primeiro lugar. Caso contrário, a Comissão de Licitação interromperá os trabalhos pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventual interposição de recursos.

7.14 - Julgados os recursos eventualmente interpostos, se houver alteração na classificação das Licitantes, estas serão notificadas e o novo resultado será devidamente divulgado pela CPL.

7.15 - Encerrados os trabalhos, em cada fase do procedimento licitatório, lavrar-se-á ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelas Licitantes presentes, ficando todos os documentos à disposição das licitantes para exame.

7.16 - É facultado a C.P.L em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo aceito inclusão de qualquer documento ou informação após a hora prevista para recebimento dos envelopes.

7.17 - Qualquer licitante, através de seu representante legal poderá fazer constar em ata seus reclames, ficando a critério dos membros da comissão considerá-los ou não, não possuindo efeito de recurso, que tem seu próprio procedimento.

8 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "A"

8.1 - Todos os documentos e elementos da documentação de habilitação e das propostas, contidos nos envelopes "A " Documentação para Habilitação", "B " Documentação para Proposta Técnica", e "C " Documentação para Proposta de Preços", que forem apresentados, datilografados, ou impressos por qualquer meio de edição eletrônica de texto, deverão estar perfeitamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas e as cópias deverão ser autenticadas em cartório.

8.2 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original ou através de cópia autenticada em cartório e serão os seguintes:

8.2.1 - Habilitação Jurídica:

a) **Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas/MG, para efeito de habilitação, conforme o disposto nos Artigos 34 e 36, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da mesma Lei, a teor do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 32, do citado diploma legal;**

Obs.: Na hipótese de os documentos contidos no CRC estarem com prazos vencidos, o licitante deverá anexar outros com validade em vigor, sob pena de **INABILITAÇÃO**.

b) Documento Oficial de Identificação que contenha foto dos proprietários, sócios ou gerentes, diretores e procuradores, conforme o caso;

c) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal;

d) Declaração expressa de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente Edital;

e) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V, do art. 27 da Lei 8666/93.

f) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, referente ao exercício 2014;

g) Declaração da licitante de condição de ME ou EPP, modelo do Anexo V.

8.2.2 - Habilitação Técnica:

a) Comprovante de registro e quitação do responsável técnico (detentor do acervo técnico constante no Envelope "B") da empresa no Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Será inválida a certidão que não apresentar a situação atualizada, conforme Resolução nº 266/79 do CONFEA;

b) Apresentar 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa proponente, devidamente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer das regiões do CREA ou CAU, em nome do profissional, na especialidade dessa licitação, conforme a respectiva área de responsabilidade técnica do profissional

c) A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro técnico, na data da abertura desta licitação, profissional(is) de nível(is) superior(es), com experiência comprovada na área de engenharia civil, reconhecido(s) pela entidade profissional competente, que seja(m) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade(s) técnica(s) – ART junto ao CREA/CAU por execução de obras/serviços de características semelhantes ao solicitado neste Edital.

8.2.3 - Qualificação Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante. Não constando no documento o prazo de validade, será considerada emitida até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação;
- b) Prova de possuir capital social, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para os serviços ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93, com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será comprovada com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, ser formulada e apresentada em papel timbrado da empresa de engenharia, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da empresa, com poderes para tal investidura, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas, onde: ILG = Índice de Liquidez Geral (não inferior a 1,0), ISG = Índice de Solvência Geral (maior ou igual a 1,0) e ILC = Índice de Liquidez Corrente (não inferior a 1,0), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.3 - OBSERVAÇÃO

- a) A documentação apresentada será anexada ao processo e, **caso seja cópia, esta deverá estar autenticada em cartório ou** podendo ser autenticada no momento da abertura, somente mediante a apresentação dos originais para confronto.
- b) Caso as certidões expedidas pelas fazendas estadual e municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a Comissão Permanente de Licitação considerará como máximos os prazos vigentes Município de Cachoeira de Minas (noventa dias).
- c) Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados não serão aceitos quaisquer protocolos.
- d) A CPL se reserva ao direito de proceder buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela comissão, além de incorrer nas sanções previstas neste edital.
- e) A aceitação dos dados via "*internet*", conforme o caso, ficará condicionada à confirmação de sua validade pela Comissão Permanente de Licitação.

9 - PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE "B"

9.1 - O licitante deverá descrever na Proposta Técnica, de que forma desenvolverá os trabalhos, obedecendo e se restringindo aos seguintes aspectos:

9.1.1 - EQUIPE TÉCNICA:

- a) Apresentação, sob forma de organograma, da estrutura organizacional da equipe que executará os serviços, indicando nome e formação profissional dos integrantes da Equipe Técnica de Nível Superior, definindo a área de responsabilidade técnica de cada profissional. Somente serão consideradas as pontuações referentes aos seguintes profissionais: **Coordenador; Engenheiro e Arquiteto.**
- b) Os integrantes da equipe devem estar devidamente registrados no CREA ou CAU, e ter experiência em trabalhos técnicos compatíveis com objeto da presente licitação, comprovada através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito

público ou privado, contratante do serviço ou mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome do profissional, na especialidade dessa licitação, conforme a respectiva área de responsabilidade técnica do profissional, conforme segue:

- **Elaboração do projeto de construção de quadra poliesportiva:**
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no sistema CREA/CONFEA, comprovando sua participação na atividade profissional: projeto arquitetônico, de finalidade esportiva do tipo “construção de quadra”;
 - **Elaboração do projeto de construção de praça e academia ao ar livre:**
Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente registrada no sistema CAU, comprovando sua participação na atividade profissional: projeto do tipo “Construção de Praça”.
 - **Elaboração do projeto de arruamento e calçamento da Avenida Vice Prefeito João Teixeira da Costa, bem como drenagem pluvial e rede de distribuição de água:**
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no sistema CREA/CONFEA, comprovando sua participação na atividade profissional: projeto de obras de “calçamento” e saneamento (drenagem de águas pluviais e distribuição de água).
 - **Elaboração do projeto de Rede Coletora de Esgotos**
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no sistema CREA/CONFEA, comprovando sua participação na atividade profissional: projeto de obras de saneamento (rede de esgoto).
- c) Além das ART's específicas para cada projeto a empresa deverá apresentar ao menos uma ART comprovando sua participação na atividade técnica: **orçamento**.
- d) A comprovação da experiência da empresa dar-se-á através da apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrados nas entidades competentes.
- e) Em caso de divergência entre as informações constantes de atestado apresentado e da respectiva CAT, prevalecerão às informações desta última. Os atestados apresentados em desacordo com o estabelecido nesse edital não serão considerados para efeito de cálculo da Nota Técnica.
- f) A proposta técnica será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10 - PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "C"

10.1 - A proposta comercial deverá ser elaborada em conformidade com o Anexo II deste Edital.

11 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

11.1 - O conteúdo e apresentação dos documentos contidos no envelope “Proposta Técnica”, será avaliado, conforme os critérios de pontuação descritos a seguir:

SUB - CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Adequação da empresa junto as entidades competentes: - Registro da empresa no CREA - Registro da empresa no CAU	05 05
Adequação da composição da equipe em termos de qualificação e dedicação - Coordenador - Engenheiro - Arquiteto	10 10 10
Experiência da empresa na elaboração de Projetos - 01 projeto	10

- 02 a 03 projetos	20
- Acima de 04 projetos	30
TOTAL DE PONTOS	100

Obs.: Será atribuída nota 0 (zero) às propostas técnicas que deixarem de apresentar documentos em quaisquer dos itens pontuáveis acima ou apresentá-lo em desacordo com as exigências mencionadas.

11.2 - Será considerada vencedora do certame a licitante que, atendendo a todas as condições da presente licitação apresentar a maior nota de pontuação.

11.3 - No caso de empate entre duas ou mais licitantes, far-se-á a classificação por sorteio público na mesma sessão, ou em dia e horário a ser comunicado aos licitantes pela imprensa oficial.

12 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1 - A Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços, objeto deste Edital, sempre em regime de atendimento à fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do contrato.

12.2 - As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

12.3 - O Município de Cachoeira de Minas poderá exigir a substituição de empregados da Contratada, no interesse do cumprimento do contrato, cabendo o ônus à Contratada.

12.4 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do Contrato.

12.5 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade, o fato de ser fiscalizada pelo Contratante.

12.6 - A Contratada não poderá, em nenhuma hipótese, iniciar os serviços sem a devida liberação do Setor de Compras, através da emissão da Ordem de Serviços. Qualquer ação por parte da empresa, que implique em desobediência a esta recomendação, será de total responsabilidade da mesma, não cabendo a Municipalidade nenhum ônus.

12.7 - Os serviços deverão ser executados conforme anexo IV "**Termo de Referência Técnica**" deste edital.

13 - PRAZOS, CONDIÇÕES E GARANTIA À EXECUÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto será feita por termo próprio ao licitante vencedor, segundo a ordem de classificação das propostas apresentadas. Após a adjudicação o vencedor será convocado para prestar garantia à execução contratual e firmar o contrato respectivo.

13.2 - A recusa do licitante vencedor de prestar garantia ou assinar o contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis ou dentro do período de prorrogação previsto no § 1º do Art. 64 da Lei nº 8.666/93 importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da mesma lei e das multas fixadas no item 14 deste edital.

13.3 - Não atendendo o licitante vencedor à convocação para prestar garantia à execução e firmar o contrato respectivo, dentro do prazo acima indicado e nas condições estabelecidas, ou caso deixe de fazê-lo por motivo a ele imputado, poderá o município de Cachoeira de Minas/MG, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este edital ou revogar a licitação.

13.4 - Não se aplicarão as penalidades legalmente estabelecidas aos licitantes convocados nos termos do § 2º do Art. 64 da Lei nº 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.5 - Salvo consentimento expresso do Município de Cachoeira de Minas/MG, é vedada a subcontratação total ou parcial da obra pelo licitante contratado, que deverá executar diretamente todo o contrato.

13.6 - Executado o contrato, o seu objeto será entregue pelo contratado e recebido pelo Município de Cachoeira de Minas/MG, nos prazos e condições estabelecidos neste edital, na cláusula 5.

13.7 - O valor da garantia à execução corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e deverá cobrir o prazo contratual de execução da obra, até seu recebimento definitivo, devendo ainda ser prorrogada a sua vigência na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual.

13.8 - A garantia à execução poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas no § 1º do Art. 56 da Lei nº 8.666/93, ou seja, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.9 - A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada.

13.10 - Não ocorrendo o disposto no item anterior, a garantia será liberada ou restituída à contratada, após execução do contrato.

14- INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

14.1 - Sem prejuízo da faculdade de rescisão do contrato, bem como de outras sanções previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, o inadimplemento do contrato sujeitará a Contratada ao pagamento das seguintes multas, incidente sobre o valor atualizado do contrato:

a) Recusa do licitante vencedor em assinar o contrato no prazo indicado: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) Atraso injustificado na execução das etapas dos serviços, inferior a 15 (quinze) dias: 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

c) Atraso injustificado na execução das etapas dos serviços, superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, acrescido de juros de mora fixado em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;

d) Inobservância do nível de qualidade proposto ou exigível para execução dos serviços: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

e) Subcontratação, total ou parcialmente, do objeto do contrato sem prévia autorização formal do município de Cachoeira de Minas/MG: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

f) Ceder ou transferir, total ou parcialmente, o contrato a terceiros: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

g) Inadimplência injustificada na entrega do objeto da licitação, inferior a 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

h) Inadimplência injustificada na entrega do objeto da licitação, superior a 30 (trinta) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, acrescida de juros de mora fixado em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso.

i) Desistência do contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

j) Atraso injustificado em iniciar os serviços, inferior a 05 (cinco) dias: 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

k) Atraso injustificado em iniciar os serviços, superior a 10 (dez) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e rescisão automática do mesmo.

14.2 - Facultada a defesa prévia do interessado, as multas prevista no presente edital serão descontadas da garantia prestada, dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Cachoeira de Minas/MG, ou ainda, quando for caso, cobradas judicialmente.

15 - DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

15.1 - Dos atos da administração referente a esta licitação cabem os recursos previstos na **Lei 8.666/93 e suas alterações**, especialmente o disposto no seu art. 109.

15.2 - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

15.2.1 - Habilitação ou inabilitação da licitante;

15.2.2 - Julgamento das Propostas;

15.2.3 - Anulação ou Renovação da Licitação;

- 15.2.4 - Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- 15.2.5 - Rescisão do contrato, a que se refere **inciso I do artigo 79, da Lei 8.666/93**;
- 15.2.6 - Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- 15.3 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- 15.4 - Pedido de reconsideração, ao Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- 15.5 - O recurso previsto nos **itens 15.2.1 e 15.2.2** terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.
- 15.6 - Interposto, o recurso será comunicado as demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 15.7 - Os recursos deverão observar os seguintes critérios:
- 15.7.1 - Serem dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, datilografados e devidamente fundamentados e se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;
- 15.7.2 - Serem devidamente instruídos com o contrato social e a qualificação da empresa recorrente e de seu representante legal;
- 15.7.3 - Serem assinados por representantes legais da licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;
- 15.7.4 - Serem apresentados no protocolo da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, sito na Praça da Bandeira, n.º 276 - Centro, no prazo legal, caso contrário não serão considerados.
- 15.8 - A Comissão Permanente de Licitação - CPL - poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 15.9 - Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração, a licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha apontar depois do julgamento, faltas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 15.10 - Estará sempre ressalvado ao Município de Cachoeira de Minas, antes de concretizar a contratação, o direito de revogar a licitação por interesse público ou conveniência administrativa, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, do que dará ciência aos interessados.

16 - ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 16.1 - Após a homologação do resultado da licitação pelo Município de Cachoeira de Minas, a adjudicação dos serviços se efetivará através de contrato a ser firmado com a empresa vencedora, de acordo com a minuta do contrato constante do anexo VIII, que define os direitos e obrigações do Município e da Contratada, independentemente de transcrição.
- 16.2 - A empresa vencedora será convocada pelo Município de Cachoeira de Minas, por escrito, para assinatura do respectivo contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da data da convocação. Se esta não aceitar assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o Município poderá convocar na ordem de igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente das sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, consolidada.

17 - INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

- 17.1 - A proposta apresentada pela licitante não sofrerá qualquer reajuste, inclusive em decorrência de possível variação do custo de produção entre a data de sua apresentação e a do adimplemento de cada parcela.

18 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1- Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias corridos de acordo com as etapas dos serviços executados pela licitante vencedora no período abrangido pelo Termo de Referência Técnica, a contar da entrada da fatura no Setor de Compras do Município.

18.2 - Para o efetivo pagamento a licitante vencedora deverá apresentar:

- a) Nota Fiscal dos Serviços;
- b) Certidão Negativa de Débito do INSS última fatura;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A Comissão de Licitação poderá solicitar, a qualquer licitante ou a terceiros, informações e esclarecimentos que se fizerem necessários.

19.2 - Somente poderão usar da palavra, no decorrer das reuniões, os representantes das licitantes que comprovem, por intermédio dos documentos necessários, tal condição.

19.3 - Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Licitação, assessorando-a quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, ligados ou não ao Município de Cachoeira de Minas.

19.4 - O Contratante se reserva no direito de revogar ou anular a presente licitação, nos casos previstos em Lei.

19.5 - O Contratante se reserva o direito de aumentar ou diminuir os serviços objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93, servindo de base de cálculo os preços unitários da proposta.

19.6 - A licitante vencedora será a única e exclusiva responsável pelos salários de seus empregados, bem como por todas as exigências das Legislações Trabalhista, Fiscal e de Previdência Social, não existindo de modo algum, entre seus empregados e o Município de Cachoeira de Minas vínculo de qualquer natureza, correndo por conta da licitante vencedora, também todas as despesas com rescisão e indenizações, em função do contrato que vier a ser firmado.

20 – ESCLARECIMENTOS

20.1- Quaisquer informações, esclarecimentos e fornecimento de elementos relativamente a esta licitação serão prestados no Setor de Licitação, localizado na Praça da Bandeira, nº 276, Centro, nesta cidade, no horário das 08h às 16h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (0xx35) 3472-1333.

Cachoeira de Minas, 15 de Agosto de 2014.

Arlete de Oliveira
Presidente CPL

ANEXO I

MODELO CARTA CREDENCIAL DO REPRESENTANTE NA LICITAÇÃO

PROPONENTE

LOCAL E DATA

AO

MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS/MG

Tomada de Preços nº 007/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia e Arquitetura para prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos para atendimento ao contrato de repasse nº 0352.311-98/URIAP/PAC2 conjugado com o Contrato N° 0359.690-35 PMCMV.

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa _____, vem pela presente, informar a V.Sª, que o (a) Sr. (a) _____, Carteira de Identidade nº _____ está autorizado a acompanhar a Tomada de Preços em epígrafe, podendo para tanto, impugnar, transigir, interpor e renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente.

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14

DADOS DO LICITANTE

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Fone: Fax:

E-mail:

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

ITEM	FICHA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QDTE	VALOR UNIT.
01	259	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	01	7.531,08
02	259	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E ACADEMIA AO AR LIVRE	01	3.615,35
03	259	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ARRUAMENTO E CALÇAMENTO DA AVENIDA DE ACESSO, BEM COMO DRENAGEM PLUVIAL E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	01	4.683,99
04	259	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REDE COLETORA DE ESGOTO	01	18.362,96
			TOTAL	34.193,38

Valor Total da Proposta (por extenso):

Validade da proposta: (mínimo 60 dias)

DECLARO que o(s) preço(s) acima indicado(s) contempla(m) todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado e que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas neste Edital de Licitação.

(A Proposta Comercial, deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, constando todos os serviços que serão executados pela empresa, em conformidade com o Anexo IV - **Termo de Referência Técnica**.)

Local/UF e Data

Empresa (Carimbo - CNPJ)
Responsável (nome por extenso)
CPF/RG

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS E COMPOSIÇÃO BDI

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14 TOMADA DE PREÇOS Nº 007/14

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 20____.
(cidade)

Assinatura: _____
Nome legível: _____
Qualificação: _____

Deverá ser emitido em papel timbrado ou carimbo CNPJ, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/14**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____,

DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 20____.
(cidade)

Assinatura (representante legal): _____

Qualificação: _____

Deverá ser emitido em papel timbrado ou carimbo CNPJ, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14 TOMADA DE PREÇOS Nº 007/14

Pelo presente Termo, a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na _____, na cidade de _____, Estado de _____, relativamente ao Processo Licitatório n.º 132/14, Pregão Presencial n.º _____, promovido pelo Município de Cachoeira de Minas, por meio de seu representante legal abaixo assinado, se compromete a DECLARAR, sob as penas da Lei, a existência de qualquer fato superveniente impeditivo à sua participação no referido Processo, ciente da obrigatoriedade de DECLARAR ocorrências posteriores, bem como que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme Lei Estadual n.º 13.994 de 18 de setembro de 2001.

_____, _____ de _____ de 20____.
(cidade)

Assinatura: _____
Nome legível: _____
Qualificação: _____

Deverá ser emitido em papel timbrado ou carimbo CNPJ, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/14 TOMADA DE PREÇOS Nº 007/14

Termo de Contrato n.º ____/14, para a **contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia e Arquitetura para prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos**, que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas e a empresa _____.

Pelo presente instrumento particular de Contrato, as partes abaixo qualificadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de Direito Público Interno, sediado na Praça da Bandeira, nº 276, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.675.959/0001-92, representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Augusto Tenório Dionísio, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 680.429.816-00e do RG n.º MG-4.494.751 SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Leonina de Oliveira, nº.439, Bairro Vista Alegre, neste Município, aqui denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, neste ato representada por _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e pactuado, o que mutuamente aceitam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA **DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia e Arquitetura para prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos para atendimento ao contrato de repasse nº 0352.311-98/URIAP/PAC2 conjugado com o Contrato Nº 0359.690-35 PMCMV., conforme Termo de Referência Técnica, composto por planilha orçamentária e composição BDI, memorial Descritivo e cronograma física e de execução, conforme Processo Licitatório nº 132/2014, Tomada de Preços nº 007/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 - Utilizar-se de pessoal capacitado para todos os serviços técnicos, devendo, obrigatoriamente, dispor de engenheiro/arquiteto, registrados no CREA/CAU, como responsáveis pelos serviços perante o Contratante;

2.2 - Não efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações em nome do Contratante;

2.3 - Realizar os serviços contratados sempre em regime de atendimento às solicitações da Secretaria Municipal de Obras;

2.4 - Realizar os serviços no prazo contratado

CLÁUSULA TERCEIRA **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1- Compete à **CONTRATANTE** designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, podendo ainda contratar terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

3.2- A CONTRATANTE deverá executar fielmente o Contrato de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas da Lei, especialmente quanto ao pagamento, tendo em vista a natureza do objeto contratado.

3.3- Em caso de cancelamento do pagamento por parte da **CONTRATANTE**, antes do vencimento do presente Contrato, responderá a mesma pelos danos causados e pela inexecução do Contrato, tudo de conformidade com a Legislação vigente.

3.4 - Efetuar os pagamentos devidos conforme Cláusula Quinta do presente contrato;

CLÁUSULA QUARTA **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – Os Recursos Orçamentários para a contratação dos serviços são oriundos dos Contratos de Repasse nº 0352.311-98 URIAP/PAC2 e 0359.690-35 PMCMV e da Lei nº 2.350 de 20/11/13, sob a dotação:
020602.1648216011074.449051-259

CLÁUSULA QUINTA **DO VALOR E PAGAMENTO**

5.1 - O valor total dos serviços descritos na Cláusula Primeira é de R\$ (.....), de acordo com a proposta comercial.

5.2 - No valor já estão incluídos todos os custos e despesas com os profissionais referentes à remuneração, transporte, estadia e alimentação, inclusive, despesas diretas e indiretas, benefícios (BDI), assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST) e constituirá a qualquer título a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação dos serviços objeto deste ajuste.

5.3 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias corridos de acordo com as etapas dos serviços executados pela CONTRATADA no período abrangido pelo Termo de Referência Técnica, a contar da entrada da fatura no Setor de Compras do Município.

5.4 - Para o efetivo pagamento a Contratada deverá apresentar:

- a) Nota Fiscal dos Serviços;
- b) Certidão Negativa de Débito do INSS última fatura;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS.

CLÁUSULA SEXTA **DO PRAZO**

6.1 - O prazo estimado para a execução dos serviços será de **02 (dois) meses**, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço pelo Contratante, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão Contratante.

6.2 - Os prazos de início de execução e de conclusão dos serviços, admitem prorrogações, mantidas as demais cláusulas do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA **DA RESCISÃO**

7.1 - Constituem motivos de rescisão:

- a) O não cumprimento das Cláusulas contratuais;
- b) O cumprimento irregular das Cláusulas contratuais;
- c) A lentidão, o atraso injustificado ou a paralisação na execução do contrato;
- d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado;

8.2 - A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**(art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93), nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da referida Lei.
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- c) Judicial, nos termos da Legislação.

7.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.4 - Ocorrendo rescisão sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, nos termos do disposto no § 2º do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93.

CLÁUSULA OITAVA **DA LICITAÇÃO**

8.1 - A presente contratação está sendo feita com base na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e segue o que está estabelecido no Processo Licitatório nº 132/2014, Tomada de Preços nº 007/2014.

CLÁUSULA NONA **DA MOEDA**

9.1 - O pagamento deverá ser feito em moeda corrente do País.

CLÁUSULA DÉCIMA **DAS PENALIDADES**

10.1- A parte que infringir as cláusulas e condições do presente instrumento ficará sujeito às penalidades da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **DA MULTA**

11.1- Sem prejuízo da faculdade de rescisão do contrato, bem como de outras sanções previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, o inadimplemento do contrato sujeitará a Contratada ao pagamento das seguintes multas, incidente sobre o valor atualizado do contrato:

a) Recusa do licitante vencedor em assinar o contrato no prazo indicado: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) Atraso injustificado na execução das etapas dos serviços, inferior a 15 (quinze) dias: 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

c) Atraso injustificado na execução das etapas dos serviços, superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, acrescido de juros de mora fixado em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;

d) Inobservância do nível de qualidade proposto ou exigível para execução dos serviços: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

e) Subcontratação, total ou parcialmente, do objeto do contrato sem prévia autorização formal do município de Cachoeira de Minas/MG: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

f) Ceder ou transferir, total ou parcialmente, o contrato a terceiros: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

g) Inadimplência injustificada na entrega do objeto da licitação, inferior a 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

h) Inadimplência injustificada na entrega do objeto da licitação, superior a 30 (trinta) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, acrescida de juros de mora fixado em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso.

i) Desistência do contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

j) Atraso injustificado em iniciar os serviços, inferior a 05 (cinco) dias: 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

k) Atraso injustificado em iniciar os serviços, superior a 10 (dez) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e rescisão automática do mesmo.

11.2- Facultada a defesa prévia do interessado, as multas prevista no presente edital serão descontadas da garantia prestada, dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Cachoeira de Minas/MG, ou ainda, quando for caso, cobradas judicialmente.

11.3- As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.4- O recolhimento das referidas multas, deverá ser feito através de guia própria, ao Município de Cachoeira de Minas/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA GARANTIA

12.1– O valor da garantia à execução corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e deverá cobrir o prazo contratual de execução da obra, até seu recebimento definitivo, devendo ainda ser prorrogada a sua vigência na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual.

12.2– A garantia à execução poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas no § 1º do Art. 56 da Lei nº 8.666/93, ou seja, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.3– A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA
DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

13.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do art. 61 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cachoeira de Minas, com a exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir qualquer conflito de interesse com embasamento e oriundo deste Contrato.

E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Cachoeira de Minas, _____ de _____ de _____.

CARLOS AUGUSTO TENÓRIO DIONÍSIO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF/RG:

ANEXO IX – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO - CRC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 132/14 TOMADA DE PREÇOS N.º 007/14

Segue abaixo a relação de documentos para cadastro das empresas junto a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas:

I – Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em, conforme Art. 28 inciso III:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício; ou
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.

II - Comprovação da Regularidade Fiscal:

- a) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal (Art. 29 inciso III);
- b) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Estadual (Art. 29 inciso III);
- c) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal da sede da empresa (Art. 29 inciso III);
- d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal da sede do Órgão Licitante (Art. 29 inciso III);
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS;
- f) Certificado de Regularidade de Situação - CRS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- h) Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa da União;
- i) Alvará de Localização devidamente atualizado; e
- j) Certidão de Débitos Trabalhistas.

(TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE AUTENTICADOS OU CÓPIAS ACOMPANHADAS DE SEUS RESPECTIVOS ORIGINAIS). NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS ENVIADOS POR EMAIL.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(enviar pelo e-mail licitacao@cachoeirademinas.mg.gov.br)

TOMADA DE PREÇOS n° 007/2014

EMPRESA:

CNPJ:

Endereço:

e-mail:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

Obtivemos, por meio do acesso à página www.cachoeirademinas.mg.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de _____.

Nome:

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Seção de Licitações, pelo e-mail licitacao@cachoeirademinas.mg.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página (www.cachoeirademinas.mg.gov.br) para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.